

Propostas de combate à sonegação podem ajudar a compensar perdas

Malan envia a FHC anteprojetos de Everardo de mudanças no sistema financeiro

SÔNIA CRISTINA SILVA
e DIANA FERNANDES

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, encaminhou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso os anteprojetos para o combate à sonegação e elisão fiscal, apresentados pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, à CPI do Sistema Financeiro. A informação foi divulgada ontem pelo presidente nacional e líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), que recebeu um telefonema do ministro. Segundo ele, Malan ressaltou apenas que ainda não será possível nenhuma medida para tributar a remessa de lucros, dividendos e juros para o exterior, pois seria caracterizado como bitributação.

Ontem, líderes dos partidos de sustentação ao governo e os da oposição defenderam a taxação da remessa de lucros como uma das alternativas para compensar a perda do governo com a derrubada da contribuição previdenciária dos servidores inativos e do aumento da contribuição dos funcionários da ativa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “Nós conseguimos mudar o eixo da discussão com o governo, que estava centrada na contribuição dos inativos e aumento de impostos”, comemorou Jader.

“Ficamos aliviados ao saber

que o governo está considerando nossas sugestões”, acrescentou, após a conversa com o ministro, lembrando que o PMDB encampou as medidas criadas pelo secretário da Receita, durante a reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na segunda-feira, com a cúpula de todos os partidos aliados.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), acha que seria bem aceita a discussão de medidas de combate à elisão e sonegação fiscal. “Poderia representar grande aporte de recursos, e é melhor que onerar o contribuinte”, afirmou. “Poderia haver um acordo para aprovar medidas deste tipo, caso o governo também endurecesse com o Fundo Monetário Internacional”, condi-

cionou o líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP).

Para o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), não há como o governo optar, agora, pelo aumento de

impostos. “Temos é de ampliar a base dos que pagam”, disse ele, citando outras medidas que considera importantes, como a extinção dos juizes classistas e a instituição de tetos salariais para as câmaras legislativas. Segundo Inocêncio, discutir medidas em outros setores não tiraria de foco a questão da previdência. Ele sugeriu a criação de uma comissão nacional, composta pelos três Poderes, governadores, prefeitos e sociedade para discutir, em um prazo de 60 dias, as soluções para o déficit da previdência dos servidores públicos civis.

PMDB
FESTEJA
NOVO RUMO
DO DEBATE